

AVANÇOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DO AMAZONAS

Elizete Ribeiro da Silva¹

Elton Castro Rodrigues dos Santos²

Priscila Ribeiro da Silva³

RESUMO

Discutir as questões da Educação Especial e da Educação Inclusiva no cenário brasileiro atual é tarefa complexa, mas necessária, tendo em vista as inúmeras vertentes que a temática vem assumindo. Para melhor entendimento do contexto atual da Educação Inclusiva no Brasil com relação aos pontos positivos e negativos é importante contextualizar desde seus primórdios até atualidade. Desde 1988, a constituição Federal assegurou a todos o princípio da igualdade de oportunidade, justificando a declaração de Jantien em 1990, que a Educação – direito de todos, o Brasil assumiu mundialmente o compromisso de erradicar o analfabetismo, universalizar o Ensino Fundamental, construindo sistemas educacionais inclusivos. O que se pode concluir desse aspecto é que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trouxe a nós, educadores, a evidência da fragilidade de nossa formação, pois temos tido algumas dificuldades em aceitar, por diferentes motivos, a matrícula e a permanência destes alunos em nossas escolas comuns, públicas ou particulares. No que tange ao conceito de Educação Especial, afirmando ser este tipo de educação uma modalidade de educação escolar. Com esta afirmação, reafirma-se que lugar de aprender é na escola.

Introdução

A escola é o lugar privilegiado da sociedade que conta com profissionais formados para ensinar, que tem e transmite cultura, que ocupa lugar central nas sociedades sobre a inclusão de alunos com deficiências especiais nas escolas públicas. Todos nós, professores, sabemos da perplexidade e da preocupação que sentimos ao lidar, na sala de aula, com a diversidade de características de comportamento e de aprendizagem em relação aos que aprendem no ritmo que é esperado, e que se comportam de acordo com as expectativas, não

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Organização pedagógica da Escola. Atualmente é mestranda na Universidade Saint Alcuin – Chile, e-mail: ribeiroelizete46@gmail.com

² Especialista em Educação Inclusiva, mestrado e doutorado em Educação, orientador deste trabalho e membro e orientador na Universidade Saint Alcuin – Chile, e-mail: eltoncastr@gmail.com

³ Graduada em Educação Física, Especialista em Fisiologia do Exercício e Avaliação Física. Atualmente é mestranda na Universidade Saint Alcuin – Chile, e-mail: ed.fisica_priih@hotmail.com

há problema. Existem alunos, no entanto, que não apresentam o rendimento escolar dos demais, ou que têm atitudes consideradas “anormais”.

Sabemos, também, da dificuldade que temos, até mesmo por deficiências na nossa formação, em atender a estes alunos, fazê-los modernos, a escola tem se mostrado uma instituição social ímpar no projeto de modernidade. Embora não sendo única, ela tem ocupado posição central na sociedade, assumindo uma centralidade que a tem levado, não ao exercício de funções subordinadas em relação a outras instituições, mas ao exercício de manter relações de reciprocidade com as outras instituições sociais, participando da formação dos novos valores da sociedade, este trabalho tem como objetivo mostra os pontos positivos e negativos aprender e promover a sua interação com o grupo. Vendo esta situação pela ótica dos alunos, constatamos que todos nós gostamos de nos sentir “especiais” para alguém, no sentido de sermos únicos, queridos ou preferidos. É muito diferente, no entanto, de nos sentirmos diferentes, estranhos ou inferiores.

Falando de negativo, conforme essa política no canal de educação especial notou falhas, pois a integração do educando, porem sem inclusão que o aluno é inserido em uma turma, havendo uma separação de nível com seleção dos aptos. Não entendendo de forma igualitária, conforme exige o plano Nacional-Mec, 2008. Acesso ao ensino Regular, participação e aprendizagem.

A integração pode ser positiva no sentido que promoveu a socialização negativa, pois de forma segregador, conforme Fernandes (2006, p. 34).

A principal crítica que tem sido feita em relação ao processo de integração é que as diferenças das pessoas com deficiência não são consideradas, buscando-se uma normalização, ou seja, a tentativa de fazê-las parecer o mais próximo possível ao padrão de normalidade imposto socialmente.

Com isso, as escolas especiais passam a ser um meio de comunicação de aproximadamente entre o preconceito e a aceitação de cada indivíduo com suas deficiências físicas toda educação especial tem o direito de torna-las mais normais possíveis na sala de aula, já que em casa são diferenciados, e a maioria das vezes não são aceitos. Eles temem que o preconceito e a falta de condições presentes nas escolas atuais reforcem em torno das limitações vinculadas as deficiências. Assim, preferem, deixar os filhos em casa ou optar pela matrícula especiais. Em alguns casos, é a própria família, por abandono ou superação, que reforça as atitudes de discriminação vivenciadas nas escolas. Porque muitas das vezes as escolas não oferecem recursos, humanos, físicos e materiais que oportunizariam a

acessibilidade física, instrumental comunicacional, entre outros alunos com necessidade educacionais especiais.

Nessa linha de pensamento Silva, (2012, p. 104).

Para que a inclusão escolar seja efetivada com êxito, não basta que apenas alguns professores dentro de uma escola acreditem nela. Pelo contrário, é necessário que toda a comunidade escolar, incluindo familiares e alunos, acreditem exijam os princípios básicos da inclusão, ou seja, democracia, igualdade, busca de uma educação de qualidade para todos os alunos e também nos benefícios que todos os alunos e também nos benefícios que todos irão alcançar com a inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Com isso, foi preciso garantir o direito a convivência não agregada e ao acesso permanente e inclusiva. Para isso, todos tem um papel importantíssimo, a família, escola, estado. Toda família tem por direito e deveres de contribuir com a sociedade, pois a educação inclusiva requer mudanças nas atitudes e a participação de todos os envolvidos. Conforme Silva (2012, p.160, apud Palominio; Gonzalez, 2002).

Um bom relacionamento entre pais e profissionais proporciona compreensão das necessidades, interesses e possibilidades da criança, seleção das áreas de interesse e esforço, troca de informações e novos âmbitos de ação, potencializarão de modos que atuação coerente, criação de novas formas de atividade e vínculos afetivos, manifestação de sentimentos atitudes da família.

Independente de classe social, cultural ou socioeconômico. É comum que, ao se deparar com filhos que apresentam deficiências, a família busque apoio de diferentes profissionais, como médicos, psicólogos e professores. Há um sene de outros cuidados destinados a família pelo poder público, para que as crianças e adolescentes cresçam em condições favoráveis para uma vida saudável, o apoio adequado as famílias são os aliados mais eficazes para o sucesso do processo educacional. É de suma importância o Projeto Político Pedagógico da escola. Pois ele é um dos elos entre a escola e família é um instrumento teórico-metodológico definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai entender todas as necessidades encontradas na família.

Metodologia

Para se entender o processo a que se tem assistido da inclusão e com o intuito de refletir sobre os pontos positivos e negativos da educação inclusiva, optou-se pela pesquisa bibliográfica.

Segundo Neto (2010, p. 68). A pesquisa bibliográfica é:

É um momento de confronto entre o já feito e aquilo que você deseja fazer. Capta-se através desse trabalho árduo o estado da arte do fenômeno. Aqui, o pesquisador, o que há de literatura produzida sobre o assunto de interesse de sua pesquisa. Revista livros, textos, artigos produzidos, artigos de sites, além de outras fontes que também podem ser citadas no seu relatório de pesquisa, como filmes, palestras, aulas. Esta é a parte de seu relatório mais carregada de citação. Aqui o pesquisador muito mais fala através das palavras de autores que mapeou, que leu, confrontado sempre com o tema da sua pesquisa. É um item muito "carregado" de citações bibliográficas. A revisão de literatura traz o caráter universal da pesquisa. o objeto científico se conquista através de dois caminhos interligados, duas dialéticas, na busca de estabelecer uma ruptura com o saber imediato. Duas dialéticas para conquistar /desvendar o real através de um raciocínio aplicado.

A Constituição Federal desde 1988, assegura que a Educação é direito de todos sendo dever do Estado e da Família, objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Diante disso é necessária uma ampla leitura dos aspectos implicados nesse processo que englobam não apenas os sistemas de ensino, mas o primeiro núcleo de formação educativa da criança a família, como também as condições sociais, políticas e econômicas que caracterizam o município onde ela vive.

Todo plano municipal da Educação que expressa os princípios dessa política dentro do espaço escolar que a inclusão poderá ou não se concretizar. É na escola que a criança com necessidades educacionais especiais será, realmente acolhida, e na escola que sofrerá, ou não, práticas discriminatórias, em sala de aula que sua aprendizagem e participação nas atividades escolares ocorrerá, ou não, em igualdade de oportunidades e condições com os demais alunos.

Pois a resolução municipal 010/2011 da Educação Especial, nos mostra uma organização de espaços da estrutura de qualidade para atender os alunos de forma adequada e planejada conforme manda os direitos dos educando. Dispõe ainda acerca da formação continuada de todo corpo docente, bem como o atendimento domiciliar e hospitalar do educando quando se fizer necessário sabemos que estas diretrizes estão longe da nossa realidade do âmbito educacional Municipal. Andrade (2007, p. 49)

Estudos realizados comprovam que os professores do ensino regular não possuem preparo para trabalhar com crianças que apresentam deficiências evidentes, e por outro lado, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular. Além disso, na grande maioria das vezes, o ensino de surdos, de deficientes mentais e de cegos é construído a partir das dificuldades específicas do alunado, tendo as atividades o objetivo de minimizar os efeitos das deficiências.

Essa abordagem visa um professor consciente de que não são apenas as limitações impostas pela deficiência, e outros quadros, as responsáveis pelos problemas de aprendizagem deve estar atento a todos as variáveis implicadas no processo de escolarização do aluno, contribuindo para seu sucesso ou fracasso no contexto escolar. A falta de provisão de materiais em Braille, a contratação de serviços de apoio especializados como interpretes de língua de sinais e professores de salas de recursos e eliminação de barreiras físicas e instrumentais são alguns dos elementos que constituem esses recursos.

Os alunos com necessidades educacionais que não tem esses serviços ficam impedidos de avançar em sua escolarização, pela falta de condições de permanência no contexto escolar, muitas vezes são retido por anos desistem de seus estudos, impedindo que seu processo de inclusão educacional e viabilize.

A educação inclusiva tem sim seus aspectos validos e benefícios como também aponta seus aspectos negativos, pois estamos tratando de línguas distintas e que convivem em um mesmo ambiente simultaneamente.

Podemos destacar pontos positivos tais como: A Lei 9394/96 que defende que a educação é para todos, sendo assim o aluno com deficiência é ser humano e precisa receber educação de qualidade, de acordo com suas especificidades.

O aluno com deficiências pode e deve estar inserida numa escola que não seja destinada apenas para alunos com deficiência, essa criança precisa manter contato com o mundo, já que a maioria das crianças é e isto é inevitável e inegável que aconteça, porem no ambiente escolar a interação entre elas se dá de maneira informal e principalmente quando crianças, pois o pequeno não tem na mente o preconceito, fazendo com elas desde já interajam entre se na perspectiva que na pratica busquem a interação entre ambos esses momentos não serão apenas no momento do ensino-aprendizagem, mas no ato de brincar e se sentir aceita.

A educação inclusiva também é válida, para apontar à comunidade escolar o quanto a mesma encontrasse omissas as especificidades humanas, fazendo com que muitos profissionais se sensibilizem e busquem conhecimentos a respeito de tais e possa receber melhor seus alunos, sendo que esta ação se estende para fora do muro das escolas atingindo a sociedade, pois os alunos perceberão também o quanto é importante respeitar e se inteirar, propondo assim uma realidade cabível dentro da educação inclusiva. Porém sabemos que estamos falando de profissionais que viveram na época da comunicação total, atualmente na Era da tecnologia, dos preconceitos generalizados, e o quanto é complexo trabalhar as especificidades, no conjunto das ações desenvolvidas e que têm como consequência a Educação Inclusiva, pode-se constatar dois movimentos nascidos historicamente de maneiras distintas.

A Educação Inclusiva, que vem sendo divulgada por meio da Educação Especial, teve sua origem nos Estados Unidos, quando da Lei Pública n. 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais de alunos com deficiência que reivindicavam acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidade. (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Enquanto este movimento crescia na América do Norte, ao mesmo tempo, o movimento que reconhecia a diversidade e o multiculturalismo como essências humanas começou a tomar forma e ganhar força na Europa em decorrência das mudanças geopolíticas ocorridas nos últimos 40 anos do século XX. Uma das consequências deste último movimento foi em 1990, o “Congresso de Educação para Todos”, em Jontiem, na Tailândia, que tinha como propósito “a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental tornarem-se objetivos e compromissos oficiais do poder público, perante a comunidade internacional”. (BRASIL, 2000, p. 2).

Nascia um movimento de inclusão mundial. Desse compromisso, foi natural que profissionais se mobilizassem a fim de promover o objetivo da educação para todos, examinando as mudanças fundamentais de política necessárias para desenvolver a abordagem da Educação Inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais. (BRASIL, 1994a, p. 5). Então, contando com a presença de 92 representantes governamentais e 25 de organizações internacionais, realizou-se em 1994, na cidade de Barcelona, Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade.

Suas conclusões foram registradas na Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação, na área das necessidades educativas especiais que definiram novas concepções de

necessidades educacionais especiais, e as diretrizes para a ação a nível nacional: política e organização, fatores escolares, recrutamento e treino do pessoal docente, serviços externos de apoio, áreas prioritárias, perspectivas comunitárias, recursos necessários, e as diretrizes de ação a nível regional e internacional. (BRASIL, 1994a, p. 15).

No Brasil, existem muitas controvérsias quanto à lógica de implantação da Educação Inclusiva nas escolas de ensino público e particular. Uma diversidade social contraditória que tem evidenciado desinformação, preconceitos e a produção de novos tipos de exclusão. Na verdade, o que a nova legislação brasileira propõe é uma Educação Especial com ênfase na inclusão, dando margem para que os sujeitos com necessidades educacionais especiais possam escolher entre serem encaminhados à escola regular ou às instituições especializadas, agora com a oferta de escolarização, conforme suas necessidades e desejo. O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas um programa extensivo de orientação e treinamento profissional e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares.

As escolas são espaços educativos de construção de possibilidades humanas autônomas, buscando constituir seres pensantes, críticos, questionadores, criativos, desenvolvendo seus talentos e preparando-os para serem melhores cidadãos (Matoan, 2003).

Pontos negativos e um dos grandes desafios da educação são conseguir que todos os alunos tenham acesso à educação básica de qualidade, por meio da inclusão escolar, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais (Santos, 1995). A Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte (FZB-BH) por ser a terceira maior área verde pública da cidade contribui com vários projetos educativos, científicos e culturais.

É importante pensar em atividades de inclusão não só no ambiente escolar. Muitos espaços não escolares, igualmente importantes para o ensino-aprendizado, precisam se adaptar para receber pessoas com necessidades educativas especiais. Esta adaptação não se limita apenas no âmbito da acessibilidade física, mas também do conhecimento, o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino, independentemente de suas condições socioeconômicas. Dentre as diversas

necessidades educacionais podemos citar: deficiência sensorial (auditiva e visual), deficiência múltiplas (paralisia cerebral e outras condições).

A educação inclusiva sugere mudanças no ensino e das práticas pedagógicas realizadas na escola, de forma que vise o benefício a todos os alunos, a equipe pedagógica deveria desenvolver práticas inovadoras que venha atender as necessidades específicas de aprendizagens dos alunos tendo como referência o sistema educacional e as suas possíveis limitações. Segundo Glat & Oliveira (2003) é importante reconhecer as características e dificuldades individuais de cada aluno para então, determinar qual tipo de adaptação curricular é necessário para que ele aprenda.

Para oferecer uma educação de qualidade para os alunos com deficiência especiais, a escola tem e precisa capacitar seus professores para receber essas crianças e jovens, o próprio Ministério da Educação reconhece que inclusão não significa somente matricular os educandos e ignorar suas necessidades especiais, mas sim dar ao professor e a escola o suporte necessário à sua ação pedagógica (MEC/SEESP,1988). Diferentes aspectos estão envolvidos na prática pedagógica inclusiva, tais como formação profissional e percepção das realidades sociais e locais envolvidas. Faixa etária, aspectos educacionais e econômicos são também variáveis importantes para que a inclusão seja efetiva. Não basta que a escola siga os parâmetros educacionais fornecido pelas instâncias hierárquicas superiores, faz-se não necessário que esses requisitos se adaptem a bagagem e vivência social e efetiva do aluno.

Segundo Fernandes (2007, p. 49).

É comum se ouvir professores afirmando que o governo decretou uma “lei da inclusão”, que os obriga a trabalhar com alunos que apresentem deficiências, sem que os mesmos tenham sido a oportunidade de receber conhecimentos relacionados a essa área em sua formação inicial.

O foco no aluno, agente participativo no processo inclusivo, perpassa não apenas as necessidades dos alunos, mas as necessidades dos profissionais envolvidos, tais formação e a estrutura, e até mesmo a remuneração de nós profissionais da educação além da participação dos pais na vida escolar de seu filho, contribuindo nas questões médicas e de vivência afetiva. Geralmente, estes aspectos são desprezados nos projetos e programas governamentais, visto que buscam trazer uma abordagem geral para os alunos especiais, ocorrendo assim, uma prática falha e com lacunas em alguns aspectos importantes na vivência escolar e social.

Contrapondo-se as ideias de uma educação inclusiva é a realidade a que estão expostas os alunos inclusos e os profissionais da educação, percebemos que apesar de

existirem dispositivos legais para atendimento de alunos com necessidades especiais, os requisitos para suprir essas carências nem sempre tem suporte nas escolas, tanto nos aspectos de recursos materiais, estrutura física e ambiente escolar, como rampas e banheiros ou recursos humanos como profissionais qualificados para atender as necessidades individuais dos alunos.

Entende-se por educação inclusiva o acesso e permanência de todas as crianças nos estabelecimentos de ensino regular, em todos os níveis da educação independente de suas diferenças ou dificuldades individuais, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, respeitando a diversidade inerente à espécie humana, como firma Montoa (1998), incluir “de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segrega-los” (p.15).

No Brasil, existem muitas controvérsias quanto à lógica de implantação da Educação Inclusiva nas escolas de ensino público e particular. Uma diversidade social contraditória que tem evidenciado desinformação, preconceitos e a produção de novos tipos de exclusão. Na verdade, o que a nova legislação brasileira propõe é uma Educação Especial com ênfase na inclusão, dando margem para que os sujeitos com necessidades educacionais especiais possam escolher entre serem encaminhados à escola regular ou às instituições especializadas, agora com a oferta de escolarização, conforme suas necessidades e desejo.

A Educação Inclusiva é uma prática inovadora que está enfatizando a qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que a escola se modernize e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um novo paradigma que desafia o cotidiano escolar brasileiro. São barreiras a serem superadas por todos: profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. Precisamos aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar.

A impressão que nos foi dada diante das falas relativas aos problemas estruturais é que as mesmas têm sido incorporadas mais como justificativa para o não fazer e não se empenhar na busca da excelência do processo de inclusão escolar desses alunos, do que propriamente um problema a ser resolvido. Uma das falas aponta a duração do tempo de aula como curta para dar um bom atendimento a esses alunos: “Sinceramente não, porque a gente não tem tempo, 40 minutos na sala, mal dá para você dar aula, quanto mais para ter este atendimento individualizado” (SILVA, 2010, p.127). É verdade que 40 minutos de aula é tempo insuficiente para se conhecer uma turma, no entanto, ao receber um grupo de crianças, com o qual vai trabalhar, o professor necessita conhecê-los. Uma outra questão é quanto ao aproveitamento deste tempo, se há na classe uma criança que necessita de um

prazo maior para a execução de sua tarefa, é inegável que o planejamento de seu trabalho necessita dar conta deste aluno, dentro do limite estabelecido como tempo de aula. O tamanho das turmas é outro problema apontado pelos professores. “Com as turmas grandes como a gente tem, eu acho complicado sim, eu acho complicado”. (SILVA, 2010, p.129)

Realmente, quando a turma é numerosa, o trabalho docente fica comprometido em qualquer situação regular e, mais ainda, com alunos incluídos. Problema não afeta somente os alunos portadores de educação especiais; ele afeta todos aqueles que venham a possuir alguma dificuldade que exija uma atenção maior do professor. Por isso, reforçamos o que já foi dito: a importância fundamental de se conhecer o grupo com o qual se vai trabalhar.

O modelo da inclusão convida os professores a terem um olhar para cada aluno, para poderem conceder direitos iguais a todos, como nos lembra Stainback e Stainback (1999, p. 29): se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiências as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo. O processo de mudanças operacionais nas escolas só irá ocorrer na medida em que essas instituições reconheçam sua responsabilidade com todos os alunos, evitando haver preferências ou discriminações, dando ao professor melhores condições de trabalho e uma remuneração que evite a necessidade de se trabalhar em mais de uma escola.

Com essa valorização e reconhecimento e com os recursos possíveis para ajudar, o professor precisa estar ligado a novas ideias, novas descobertas, novas situações, tanto internas quanto externas à escola em que leciona a falta de tempo não pode ser uma justificativa para uma inércia intelectual, sustentada pela ideia de que se ele tivesse condições seria diferente.

Se a escola pública, instituição social de importância central na organização dos conhecimentos produzidos pela sociedade, ignorar os talentos evidenciados por seus alunos, regra geral, oriundos das classes populares, se ela não encontrar condições de trabalho com as individualidades, não conseguir organizar práticas pedagógicas voltadas para a diversidade no aprender, não garantir ambientes escolares enriquecidos e estimulantes para estes e todos os seus alunos marcados pelo estigma da exclusão, certamente, manteremos nossos alunos cada vez mais distantes do processo de construção de uma sociedade democrática e cidadã. Por ter que contribuir com a sua própria subsistência e a de seus familiares, não tiveram acesso continuado ao nível superior e encontravam-se conformados

de que se um dia o fizessem, teriam que fazê-lo via universidades particulares, expressando uma “certeza” da impossibilidade de se submeterem com sucesso às universidades públicas.

Se os alunos vão para a escola para aprender e nós, que recebemos alunos com diferentes níveis de desenvolvimento real, não nos encontramos preparados e/ou disponíveis para lidar com a diversidade humana e com os seus talentos, como conseguiremos superar as exclusões praticadas? Como contribuiremos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática?

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) se mostra muito mais avançada que a própria sociedade em que vivemos, pois a lei de ensino recomenda ações socioeducativas que são verdadeiros desafios para a sociedade. Nela, estão possibilidades de organização escolar em “séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” (art. 23). E quando é que ele não recomenda? A matrícula não mais está condicionada à idade apenas, pois independente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino (art. 24, II, c).

O mesmo deve ser considerado em relação à acomodação das turmas que poderão ser organizadas em classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, Educação Inclusiva com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares (art. 24, IV) e a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado (art. 24, V, c).

No capítulo V, específico da Educação Especial, são assegurados aos alunos com necessidades educacionais especiais: currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às suas necessidades (art. 59, I); aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (art. 59, II); professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimentos especializados, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (art. 59, III); Educação Especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (art. 59, IV)

Resultados e Discussões

O presente trabalho foi resultado de incessantes pesquisas. Ressalto a importância deste para a preparação profissional. Para se entender o processo a que se tem assistido da inclusão no campo educacional, foi feita pesquisa do problema das desigualdades de modo geral, discutida por inúmeros teóricos e sob os mais diferentes enfoques, pois é na educação que se forma o sujeito cidadão, é onde se busca a favorecer os meios para o indivíduo se apropriar da cultura. A partir do relato de Fernandes (2006, p.20), “as limitações e das imperfeições que apresentam na Idade média e que essa situação de extermínio começa a ser questionada em decorrência do fortalecimento da igreja católica e do advento do cristianismo os quais mudam o cenário político da sociedade” constatamos que aí iniciou a preocupação da educação inclusiva na sociedade. Apesar de muitos avanços nesta área a um longo caminho a percorrer. Por um período de tempo a deficiência foi considerada como um castigo de Deus ou até por possessões demoníacas.

Neste mesmo período do século XVI surgiu o movimento do Renascimento e com ele a valorização do homem. No entanto, o deficiente ainda não teve seu lugar de aceitação que ficou conhecido como período de segregação de pessoas, essas instituições foram constituídas como locais de confinamento em vez de espaços de promover a Educação Inclusiva. De acordo com Fernandes (2006, p. 22) “Inicia-se, então, no século XVI o chamado período da segregação das pessoas com deficiências em instituições, que tinha o objetivo de enclausurar aqueles que não se encaixavam nos padrões de normalidade”.

Neste contexto de análise, observamos que a educação de pessoas com deficiência, que até então tinha essa terminologia, assim tem caminhado de forma lenta somente em 2008-MEC, desenvolveu a política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

A política Nacional de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva-MEC, 2008, cita que:

- Inclusão de alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação.
- Acesso ao ensino regular, participação, aprendizagem.
- Transversalidade da modalidade de Educação Especial.
- Formação de professores – AEE profissionais da Educação para Inclusão
- Salas de recursos multifuncionais (contraturno)

- Acessibilidade arquitetônica
- Transporte, mobiliários, comunicação e informação
- Articulação intersocial e políticas públicas.

Considerações Finais

A Educação Inclusiva é peça-chave para que o Brasil dê conta de sua responsabilidade junto aos organismos internacionais quanto às metas do Congresso Mundial da Tailândia, como para as contidas na Declaração de Salamanca. Muito se há de fazer para que tenhamos êxito na concretização deste novo paradigma educacional. Não resta dúvida de que o século XXI será rico em debates sobre questões que possam assegurar a implantação e o desenvolvimento da Educação Inclusiva, numa perspectiva de que se dê ao longo da vida, e que tenha qualidade e principalmente melhore nossa capacidade de vivermos juntos.

Além das reformas das instituições sociais enquanto tarefa técnica, a Declaração de Salamanca afirma que “ela depende acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já indica o compromisso brasileiro com a escola inclusiva, em que garante a matrícula de todos os alunos em escolas públicas ou privadas. No entanto, não basta a lei. Será preciso dar conta de viabilizá-la, já que mudar a escola é uma tarefa bastante complexa, na qual se apresentam várias frentes de ação, tais como a qualidade da aprendizagem, o tempo mínimo de escolarização, a manutenção do aluno na escola, os cursos de formação, e tantas outras a listar.

Neste sentido, cabe um alerta aos governos, que não devem se descuidar da valorização do profissional da educação, que é responsável pela tarefa fundamental da escola a aprendizagem qualitativa de seus alunos. Há necessidade de se repensar planos de cargos e salários, concursos públicos que deem conta da necessidade funcional e concursos de remoção. A Declaração de Cocha bamba reconhece que além das tarefas técnicas e pedagógicas, esta também é de relevância, a ponto de constar no próprio documento final.

Precisamos considerar com urgência todos os outros temas que afetam a capacidade dos professores de realizar suas tarefas em condições de trabalho apropriadas, que abram oportunidades para o crescimento profissional contínuo: remuneração adequada, desenvolvimento profissional, aprendizado ao longo da carreira, avaliação do rendimento e responsabilidade pelos resultados no aprendizado dos estudantes. (2001, item 3.º) Uma proposta que vem caminhando no cenário educacional e que aponta para a possibilidade de contribuir com a ação pedagógica no cenário da inclusão, diz respeito à criação dos ciclos, de vez que anunciam a proposta de educação continuada.

No entanto, temos ouvido muitos profissionais se colocarem contra, alegando que esta é uma artimanha dos governos em promoverem uma promoção automática, a fim de encobrirem as taxas de evasão e repetência. Esta é uma preocupação crescente, já que aponta

para a possibilidade de deixarmos passar um pressuposto de valia. Precisamos nos lembrar de que vários autores consagrados vêm dedicando um bom tempo de suas vidas profissionais a pesquisas acadêmicas sobre o assunto. Precisamos, no entanto, recuperar o cerne da proposta, pararmos para analisá-la e buscarmos forma de superação de nossos conflitos.

É importante que façamos uso do diálogo, como caminho para o repensar. Eis o que o diálogo é e implica: uma relação de tipo horizontal, que exige dos interlocutores um respeito mútuo profundo e uma atividade de busca constante. Sendo assim, não há mais lugar para a dominação, o dogmatismo, o fanatismo. Em conjunto, os homens procuram e tentam encontrar-se uns com os outros e consigo próprios. A cooperação substitui, assim, a dominação. Priorizar a qualidade do ensino regular é um desafio que precisa ser assumido por todos os profissionais, entendendo que a educação, por si só, não conseguirá eliminar a pobreza, mas que ela representa “a base para o desenvolvimento pessoal, tornando-se determinante na melhoria significativa da igualdade de acesso às oportunidades de uma melhor qualidade de vida” (UNESCO, item 4.º, 2001).

Como já vimos, embora a nossa Lei de Diretrizes e Bases aponte para a universalização do ensino fundamental, não estamos perto de encontrarmos escolas prontas para receber o novo contingente de alunos previsto pela inclusão. Segundo dados do último censo escolar, o Brasil possui, cadastradas, 374.129 (trezentos e setenta e quatro mil, cento e vinte nove) crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, exigindo, portanto, uma atenção muito especial quanto ao processo de inclusão. Há de se considerar, ainda, que apesar dos esforços governamentais em garantir o acesso à matrícula a todos os que estiverem em condições de frequentá-la, isto não torna garantida a universalização do ensino fundamental, já que persistem as altas taxas de repetência e de evasão escolar. Isto significa que nem todas as crianças completam a educação básica, não adquirindo, portanto, uma escolarização que lhes permita acesso ao mundo do trabalho.

Apostar na Educação Inclusiva é acreditar que seremos capazes de contribuir para uma transformação social, que trate efetivamente a todos dentro dos princípios da igualdade, da solidariedade e da convivência respeitosa entre os indivíduos. Acreditar no processo de inclusão é viabilizar a possibilidade de se buscar alternativas de permanência do aluno na escola, respeitando seu ritmo de aprendizagem e elevando sua autoestima.

É banir em definitivo o hábito de excluir, que tanto tem empobrecido a sociedade brasileira. É reconhecer que somos diferentes, mas que devemos ter as mesmas oportunidades de acesso a uma vida melhor. É permitir que cada indivíduo possa entender como se dão as

relações de poder na sociedade e possam exercer seu papel de cidadão, enquanto contribuintes, na construção de uma nação solidária. Nossas crianças agradecem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Honor de. **Construção do conhecimento científica**/Honor de Almeida Neto. - Canoas: Ed..UBRA, 2010. (BRASIL, 2000, p. 2).

FERNANDES, SUELI; **Fundamentos para Educação Especial**/Sueli Fernandes.-Curitiba: Ibplex, 2006.102 p. ISBN 85-87053-03-5 -

FERNANDES, SUELI; fundamentos para educação especial/Sueli Fernandes.-Curitiba: Ibplex, 2007.102 p. ISBN 85-87053-03-5

MANTOAN, Maria Tereza E. Compreendendo a Deficiência Mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

SILVA, Aline Maira da Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos/Aline Maira da Silva.-Curitiba: InterSaberes, 2012.(Série Inclusão Escolar).

SILVA, Aline Maira da Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos/Aline Maira da Silva.-Curitiba: InterSaberes, 2010.(Série Inclusão Escolar).

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. de Magda F. Lopes et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

_____. MEC. SEESP. Política nacional de educação especial. Brasília,1994b.. [[Links](#)]